



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 466/14

Aprovação de crédito suplementar,
alterando o vigente Orçamento Geral
do Estado.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei.**

Art. 1º Aprova um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei nº 17.886, de 20 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 52.208.181,00 (cinquenta e dois milhões, duzentos e oito mil, cento e oitenta e um reais), conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamentos de dotações, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 3º Em decorrência do contido nos artigos anteriores, fica alterado o Programa de Obras, conforme Anexo III desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



PARANÁ

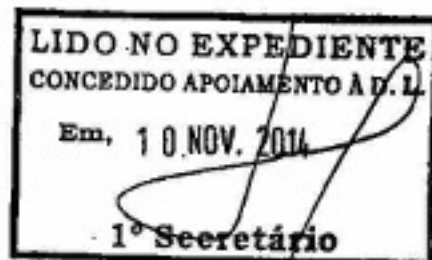
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA		ANEXO I ANEXO À LEI Nº				PL. 01 R\$ 1,00	
Cód.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Gr	IALOI	Valor	N.do Proc COP
4700	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE						
4760	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FUNSAÚDE						
4159	GESTÃO DAS REDES	33504100	100	01	L	2.500.000	2035
		33903922	250	95	L	400.000	2033
4161	REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	33414100	100	01	L	7.275.000	2035
		33504100	100	01	L	198.000	2035
		33903020	100	01	L	1.000.000	2035
		33903021	100	01	L	1.330.000	2035
		33903035	100	01	L	24.000	2035
		44905200	117	10	L	1.751.000	2035
4163	GESTÃO DAS UNIDADES PRÓPRIAS	33901400	250	95	L	909.486	2033
		33903002	250	95	L	20.000	2033
		33903005	250	95	L	36.000	2033
		33903007	250	95	L	100.000	2033
		33903009	250	95	L	95.350	2033
		33903012	250	95	L	20.000	2033
		33903013	250	95	L	10.000	2033
		33903016	250	95	L	40.000	2033
		33903018	250	95	L	50.000	2033
		33903019	250	95	L	20.000	2033
		33903020	250	95	L	30.000	2033
		33903021	250	95	L	150.000	2033
		33903022	250	95	L	30.000	2033
		33903024	250	95	L	24.000	2033
		33903027	250	95	L	60.000	2033
		33903029	250	95	L	16.000	2033
		33903033	250	95	L	50.000	2033
		33903035	250	95	L	56.000	2033
		33903040	250	95	L	59.000	2033
		33903043	250	95	L	20.000	2033
		33903047	250	95	L	100.000	2033
		33903904	250	95	L	25.000	2033
		33903911	250	95	L	50.000	2033
		33903912	250	95	L	60.000	2033
		33903913	250	95	L	30.000	2033
		33903916	250	95	L	40.764	2033
		33903932	250	95	L	10.000	2033
		33903939	250	95	L	100.000	2033
		33903942	250	95	L	10.000	2033
		33903945	250	95	L	8.000	2033
		33903951	250	95	L	8.000	2033
		33903952	250	95	L	5.000	2033
		33903987	250	95	L	8.000	2033
		33903988	250	95	L	16.000	2033
		33903991	250	95	L	50.000	2033
4172	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	33903200	100	01	L	28.734.790	2035
			117	10	L	2.999.491	2035
4173	VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO DA SAÚDE	33901400	100	01	L	378.500	2033
		33903010	100	01	L	1.500.000	2033
		33903035	100	01	L	1.500.000	2033
		33903910	100	01	L	300.000	2033
Total						52.208.181	

**PARANÁ**GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

CANCELAMENTO DE DESPESA		ANEXO II ANEXO À LEI Nº				Fl. 02 R\$ 1,00	
Cód.	Especificação	Natureza de Despesa	Fonte	Gr.	ALO	Valor	N.do Proc COP
4700	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE						
4760	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FUNSAÚDE						
4159	GESTÃO DAS REDES						
		33504100	250	95	L	290.000	2033
		33903922	117	10	L	1.751.800	2035
		44905100	100	01	L	12.000.000	2035
		44905200	250	95	L	66.600	2033
4161	REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	33504100	250	95	L	400.000	2033
		33903002	250	95	L	10.000	2033
		33903918	250	95	L	50.000	2033
4162	MÃE PARANAENSE	44905100	100	01	L	8.000.000	2035
4163	GESTÃO DAS UNIDADES PRÓPRIAS	44905100	100	01	L	15.364.790	2035
		44905200	100	01	L	3.926.000	2035
			250	95	L	1.400.000	2033
4172	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	33903200	250	95	L	500.000	2033
		44905200	100	01	L	521.600	2035
4173	VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO DA SAÚDE	33903033	100	01	L	100.000	2035
		44905100	100	01	L	3.678.500	2035
		44905200	100	01	L	1.150.000	2035
			117	10	L	2.999.491	2035
Total						52.208.181	

CANCELAMENTO DE OBRAS		ANEXO III ANEXO À LEI Nº				Fl. 03 R\$ 1,00	
Código	Especificação	Fonte	Gr.	ALO	Valor	Processo	
4700	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE						
4760	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FUNSAÚDE						
4159	GESTÃO DAS REDES						
244	Cianorte						
0006	Construir o Centro de Especialidades de Cianorte	100	01	L	6.000.000	2035	
424	Jacarezinho						
0007	Construir o Centro de Especialidades de Jacarezinho	100	01	L	6.000.000	2035	
4162	MÃE PARANAENSE						
280	Curitiba						
0003	Construir o Anexo da Mulher do Hospital do Trabalhador	100	01	L	8.000.000	2035	
4163	GESTÃO DAS UNIDADES PRÓPRIAS						
424	Jacarezinho						
0025	Construir a 19ª Regional de Saúde - Jacarezinho	100	01	L	1.500.000	2035	
636	Ponta Grossa						
0021	Construir a Farmácia e a Central de Abastecimento Farmacêutico da 3ª Regional de Saúde	100	01	L	1.800.000	2035	
836	Toledo						
0022	Construir a Unidade de Coleta e Transfusão de Toledo	100	01	L	2.064.790	2035	
0026	Construir a 20ª Regional de Saúde - Toledo	100	01	L	6.000.000	2035	
852	Umuarama						
0024	Construir a 12ª Regional de Saúde - Umuarama	100	01	L	4.000.000	2035	
4173	VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO DA SAÚDE						
280	Curitiba						
0001	Construir 2ª fase do LACEN	100	01	L	3.678.500	2033	
TOTAL		Yes.		L	39.043.290		



MENSAGEM

Nº 116 /2014

Curitiba, 04 de novembro de 2014.



I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 10/11/2014

Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva a aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 52.208.181,00 (cinquenta e dois milhões, duzentos e oito mil, cento e oitenta e um reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Saúde, aprovado pela Lei Estadual nº 17.886, de 20 de dezembro de 2013, visando atender despesas de manutenção das unidades administrativas, hospitalares e ambulatoriais da referida Secretaria de Estado.

Esclareço, também, que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotações do próprio Órgão.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/prot. 13.400.172-0



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 466/2014

Projeto de Lei nº. 466/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 116/2014

Súmula: Aprova crédito suplementar alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.

EMENTA: APROVA CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 52.208.181,00 AO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 24 CF. ARTS. 65, 133 E 134 DA CE. ARTS. 40, 41, 42 43 E 46 DA LEI FEDERAL 4.320/64. ART. 14 LC 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 116/2014, tem como objetivo aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 52.208.181,00 (cinquenta e dois milhões, duzentos e oito mil cento e oitenta e um reais), ao vigente orçamento Geral do Estado.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

1 - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A Iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Com efeito, a Constituição Federal em seu artigo 24, inciso II estabelece:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
II - orçamento;

Além disso, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

II - as diretrizes orçamentárias anuais;

III - os orçamentos anuais.

§ 3º. A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembleia Legislativa.

O projeto de lei ora em tela, que objetiva aprovar a abertura de crédito suplementar, nos termos do artigo 41, inciso I, da Lei Federal nº 4.320 de 1964:

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

(...)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível.

Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, tendo em vista que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos e reduções de despesas, conforme estimativa anexada ao projeto.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2014.

NELSON JUSTUS

Presidente

ALEXANDRE CURI

Relator

APROVADO

11.11.14

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 466/14

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 116/14, objetiva aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de R\$52.208.181,00 (cinquenta e dois milhões, duzentos e oito mil, cento e oitenta e um reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Saúde, aprovado pela Lei Estadual nº 17.886, de 20 de dezembro de 2013.

Procedida à análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, por meio de seu Relator que exarou o devido parecer favorável que foi aprovado, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta traz em sua justificativa o esclarecimento que os recursos advindos da abertura do referido crédito suplementar visa atender despesas de manutenção das unidades administrativas, hospitalares e ambulatoriais da referida Secretaria de Estado.

Vale ressaltar que a proposta em epígrafe, encontra amparo legal, quanto à iniciativa no art. 65, e a competência no art. 87, ambos da Constituição Estadual, e, ainda nos arts. 133, 134 do mesmo Diploma Legal, que estabelece o envio de projetos dessa natureza, para serem apreciados pela Assembleia Legislativa. E, ainda, obedece ao art. 24, inciso II da Constituição Federal.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

De igual modo, o autor da proposta esclarece que servirá como recurso para cobertura da referida programação os decorrentes de cancelamentos de dotações do próprio Órgão.

Insta observar que, a proposta em questão não fere a Lei Complementar Federal nº 101/00.

Observe-se ainda, que o Projeto de Lei nº 466/2014, está em consonância com a Lei Federal nº 4.320/1964, em seus artigos 40, 41, inciso I, 43 e 46.

CONCLUSÃO

Tendo em vista o acima exposto, esta Comissão de Finanças, nada encontrou que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, 18/11/14

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE

DEPUTADO FRANCISCO BÜHRER
RELATOR

Dep. Wilson

Dep. Waldyr

Dep. Elis

Dep. Ernio



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 466/14

Autoria: - Poder Executivo

I — RELATÓRIO

O Projeto de Lei acima epigrafado foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem n.º 116/2014, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta *“aprovar a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 17.886, de 20 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 52.208.181,00 (cinquenta e dois milhões, duzentos e oito mil, cento e oitenta e um reais)”*, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Saúde, visando atender despesas de manutenção das unidades administrativas, hospitalares e ambulatoriais da referida Secretaria de Estado, distribuídos em vários municípios do Estado do Paraná.

II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER

A Lei Estadual nº 17.886, de 20 de dezembro de 2013, estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2014, dispondo sobre ajuste no Orçamento do Estado.

Os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotações do próprio órgão

A proposta ora em análise tramitou pela Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças, sendo que seus relatores exararam pareceres favoráveis pela constitucionalidade e legalidade.

A autorização legislativa para a abertura de crédito adicional especial ora proposta encontra-se embasada no inciso V, do artigo 135 da Constituição Estadual que diz:

“Art. 135 São vedados:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY
COMISSÃO DE ORÇAMENTO




V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.”


Assim como o Art. 43 da Lei 4.320/64 determina que para esses casos haja existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. Condições estas devidamente comprovadas no processo em comento, notadamente nos anexos I, II e III.

III — CONCLUSÃO

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epígrafe, conforme preceitua o artigo 33-C do Regimento Interno, nosso parecer é favorável, uma vez comprovados os requisitos constitucionais e legais, à abertura do crédito solicitado.

Sala de Reunião das Comissões, em 25 de novembro de 2014.


DEP. NEREU MOURA
PRESIDENTE


DEP.
RELATOR



